

Provas insuficientes

A subcomissão de bancos tinha uma reunião, marcada para às 21h de ontem, para analisar a movimentação bancária do deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA). Apenas no final da tarde chegaram os extratos; mas a documentação não incluía cópia dos cheques depositados, o que prejudicou uma análise conclusiva da subcomissão de bancos. Seus integrantes consideram que os dados não são suficientes para pedir a cassação, mas recomendam que ele continue sob investigação.

A tendência predominante, na subcomissão, é de que o caso seja remetido para a Corregedoria.

Apesar disso, sua situação não é tranqüila, pois a subcomissão de emendas considera que há indícios suficientes para pedir sua cassação. Aleluia tem contra ele as inúmeras citações nos documentos da Norberto Odebrecht e a suspeita de que ele era um representante dos interesses da empresa junto à Comissão Mista de Orçamento. Ele também colaborou no relatório do Orçamento de 1991, que foi relatado pelo deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), e sobre o qual a CPI conseguiu provas de que houve a inclusão de emendas novas, depois do texto ter sido aprovado no plenário.